



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE LICITAÇÕES
DIVISÃO DE LICITAÇÕES**

Processo nº 23000.006495/2019-02

Assunto: Impugnação ao Edital - Pregão Eletrônico nº 3/2020 - Esta impugnação (apresentada como um pedido de esclarecimento) se refere ao Edital republicado em 24.3.2020.

Trata-se de peça impugnatória impetrada pela empresa OI S.A., doravante denominada IMPUGNANTE, a qual apresentou em 31/3/2020, por e-mail, impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 3/2020, cujo objeto é “Contratação de empresa de telecomunicações especializada em serviços de transmissão de voz para prestação do Serviço Telefônico Fixo e Móvel Comutado (STFC), para Serviços de Recepção de Ligações na Modalidade Discagem Direta Gratuita (DDG), utilizando o prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa (tarifação no destino), originada de telefones fixos e Móveis de todo o território nacional, e de Serviços de Discagem de Ligações, no sistema de tarifação na origem, no que tange às chamadas ativas, de ligações telefônicas locais e de Longa Distância Nacional (LDN) para telefones fixos e móveis, de todo o território nacional, destinadas à CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO (*Contact Center*) do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e de suas AUTARQUIAS, que poderá ser em qualquer capital ou sua região metropolitana, conforme quantidade e exigências estabelecidas neste instrumento.”

1. DA SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Assim argumenta, resumidamente, a impugnante:

ARGUMENTO 1

Da mesma forma, não deve haver restrições quanto ao consórcio de empresas que sejam coligadas, controladoras e controladas. Isso porque, decorrente das particularidades do mercado e da economia globalizada, é comum a existência no âmbito das telecomunicações conglomerados econômicos que necessitam dessa ferramenta jurídica para participarem das licitações. Frise-se que muitas das vezes a prestação do serviço por empresa isolada não é o suficiente, necessitando da atuação

em conjunto para a consecução do objeto da licitação.

Ante o exposto, de forma a possibilitar a participação de um maior número de empresas no certame,

garantindo a sua competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa à Administração Pública

requer seja excluído o item 4.2.6 do Edital para que seja permitida a participação em consórcio

de empresas do mesmo grupo, nos termos do art. 33 da Lei n.º 8.666/93.

Nossa solicitação será atendida?

ARGUMENTO 2

“Entendemos ser insuficiente o prazo para o atendimento e/ou finalização dos reparos ou correção de falhas, especialmente pelo fato de que a complexidade da questão pode exigir um prazo maior para que a questão seja solucionada.”

ARGUMENTO 3

A Oi esclarece que a análise de viabilidade técnica é diferenciada de acordo com cada endereço de instalação, o endereço completo permite que as Operadoras realizem o estudo de todos os custos e adaptações na rede que são necessárias para o Ministério da educação.

2. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO

No intuito de subsidiar a análise dos argumentos, esta Pregoeira encaminhou a peça impugnatória à área técnica deste Ministério, a qual se posicionou da seguinte forma:

“(…)

A contratação ora pretendida visa o atendimento das ligações direcionadas para o serviço de atendimento 0800 do Ministério da Educação e suas Autarquias. Por haver interdependência entre esta contratação e a de serviço de *Contact Center*, atualmente homologada, não há como estabelecer a localidade específica da prestação de serviço, pois conforme previsto na contratação e pela especificidade das atividades o serviço pode ser realizado em qualquer região do país.

Vale esclarecer, que há interdependência nesta e na contratação de *Contact Center*, atualmente Homologada, na previsão do serviço de *contact center* não há restrição de localidade para funcionamento, no entanto, na busca de mitigar os risco desta contratação há a previsão que seja instalado em qualquer capital do território nacional ou suas regiões metropolitanas.

Considerando a possibilidade de findagem da contratação homologada (*Contact Center*) ou alguma ação que determine a rescisão e posterior chamamento de remanescente, a determinação de algum local específico inviabilizaria a contratação do 0800. Por isso a previsão que seja instalado em qualquer capital do território nacional ou suas regiões metropolitanas.

A título de informação, cita-se que a empresa vencedora e homologada do processo licitatório possui sites nas seguintes localidades: nas cidades de Boa Vista (RR); de Brasília (DF), de São Paulo (SP) e de Salvador (BA). Ressalta-se ainda que todos os feixes E1's serão instalados em localização única.”

(...)

Esta área técnica entende que para o mercado esse prazo é suficiente para o planejamento e remanejamento da infraestrutura do serviço de telefonia, isto se dá, comprovadamente pelo contrato de 0800 atualmente vigente com o MEC, que prevê o remanejamento em até 45 (quarenta e cinco) dias na região de Brasília, na nova contratação este prazo foi dilatado para 60 (sessenta) dias devido a instalação ter a possibilidade de ser em qualquer Estado.

(...)

Sobre a possibilidade da participação de consórcio entendemos que a solicitação da empresa é pertinente para alteração do item no Termo de Referência e no Edital, assim, ampliando a competitividade no intuito de alcançar maior vantagem na contratação.

Tendo em vista que a área técnica justificou a impossibilidade de indicar neste momento a listagem informando os novos possíveis locais de instalação, que o prazo de 60 dias foi considerado tecnicamente suficiente para realização de eventual remanejamento e que é viável a participação de empresas reunidas em consórcio, esta Pregoeira constata que os argumentos da impugnante devem ser acolhidos e julgados parcialmente procedentes.

3 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Pregoeira decide ratificar a análise realizada pela área técnica deste ministério. Sendo assim, acolho integralmente os argumentos da IMPUGNANTE, por serem tempestivos, porém, no mérito, julgo serem eles PARCIALMENTE PROCEDENTES, conforme análise exposta acima.

Foi constatada a necessidade de alterar o Edital, o qual foi republicado em 14 de abril de 2020.

Brasília, 14 de abril de 2020.

TELIANA MARIA LOPES BEZERRA
Pregoeira